

**2. COMUNICAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO ACTUAL,
PROBLEMAS E DESAFIOS DO SISTEMA EDUCATIVO
PORTUGUÊS**

Prof. Doutor Ernâni Lopes

A SITUAÇÃO ACTUAL, PROBLEMAS E DESAFIOS DO SISTEMA EDUCATIVO PORTUGUÊS

Prof. Doutor Ernâni Lopes

O. Introdução

Esta intervenção não pretende constituir um documento técnico sobre o sistema educativo. É, tão-somente, uma reflexão, uma leitura (feita de fora do sistema educativo) sobre a temática geral da educação em Portugal, face aos problemas da sociedade e da economia portuguesas nos anos 90.

Deste quadro de natureza tão geral, reterei apenas duas características.

A primeira, um facto de base: os componentes "Sociais" da vida dos Portugueses (saúde, educação, habitação, reforma, velhice, poluição, segurança pública, protecção do consumidor, etc.) mostrarão um peso crescente, face ao economicismo rudimentar que ainda hoje predomina.

A segunda, uma mera verificação: a educação e (de um ponto de vista mais técnico) também o sistema educativo (que é, um ponto de vista mais técnico) também o sistema educativo (que é, na sua essência, um aparelho técnico-burocrático) não existem em si mesmos. Só têm razão de ser, uma e, por maioria de razão, o outro, em "relação de

sociedade" e, no fundo, também em "relação de economia", i.e., intimamente ligados à actividade produtiva.

Resulta directamente destas considerações preliminares que devemos respeitar os problemas da educação e do sistema educativo nos anos 90 atendendo às duas abordagens clássicas, a saber:

- certamente, numa abordagem em termos específicos e de delimitação parcial. É o trabalho dos técnicos e dos especialistas do sector;

- mas também (e, seguramente, cada vez mais), numa abordagem em termos dos enquadramentos e das interrelações entre os diversos componentes de uma realidade social e económica de complexidade crescente. É o trabalho dos generalistas, buscando uma visão de conjunto dos problemas.

Situando-nos estritamente nesta segunda abordagem, podemos estabelecer um roteiro de progressão que nos permita explicitar os principais elementos em jogo.

Nessa sequência, abordaremos:

- o quadro básico de análise, pondo em evidência a natureza e o papel do binómio informação/formação;

- a questão fulcral, em que procuraremos sistematizar a relação entre sociedade e sistema educativo;

- finalmente, algumas pistas para a evolução futura.

I. O quadro básico de análise

O quadro básico a considerar para uma reflexão sobre a relação entre sociedade e sistema educativo é constituído por 4 blocos de componente, cada um deles com a sua lógica interna própria e em permanente relação entre si.

São os seguintes:

Bloco I: A identificação das características da economia da economia e da sociedade portuguesas e a tipificação adequada da situação actual, na viragem de 92 para 93.

Bloco II: A realidade técnica, burocrática e organizacional do sistema educativo, com a identificação dos seus componentes, das sua condições de funcionalmente, dos seus estrangulamentos estruturais e dos seus níveis de desempenho.

Bloco III: Os mecanismos de transformação (dir-se-ia, melhor, de mutação) que percorrem a sociedade portuguesa actual (sob uma artificial de estabilidade, induzida pela utilização do que resta dos efeitos de bem-estar acrescido).

Bloco IV: As funções do sistema educativo (enquanto estrutura técnico-burocrática) no binómio informação/formação.

Destes 4 blocos, limitar-nos-emos a algumas breves considerações sobre os 2 últimos.

Mecanismos de transformação: factores de mudança e factores de continuidade

Tendo tido oportunidade, nos últimos anos, de colaborar em trabalhos sobre as transformações na economia e na sociedade portuguesas, não cabendo, obviamente, estar agora a repetir o que já foi apresentado.

Mas interessará, porventura, por sobre os resultados já obtidos, dar um passo mais em frente e organizar as questões em função da relação sociedade/sistema educativo. É apenas neste sentido que procurarei arrumar aqueles que me parecem ser os principais factores de mudança e de continuidade.

Nos **factores de mudança**, incluiremos:

- A evolução no **quadro económico, político e estratégico da CE**, enfrentando as mutações na Europa Central e Oriental post-1989 e os correspondentes ajustamentos em termos da concretização do A.U.E. (em particular o mercado interno e a coesão económica e social);

- o impacte, sobre as empresas e, mais geralmente, o tecido económico português, da **concorrência acrescida num espaço alargado e em sistema aberto**, como resultado da realização, após o final de 92, de parte significativa das medidas previstas no domínio do "mercado interno-92";

- os efeitos, sobre a economia portuguesa, do movimento em larga escala, à dimensão europeia, de **reestruturação industrial**, perante

o qual dificilmente se compreende como a economia portuguesa possa ficar imune;

- a **repercussão social** dos movimentos anteriores, levando à agudização previsível dos problemas de governabilidade;

- a verificação, por forma mais ou menos organizada, mais ou menos atabalhoada, da **modernização do País** implicará, exigirá, imporá profundas alterações no sistema educativo (que, provavelmente, não ocorrerão por via endógena de lucidez e previdência mas por via exógena, em condição de urgência e necessidade).

De entre os **factores de continuidade**, poderemos assinalar:

- o mais importante: a **estrutura burocrática** do sistema educativo, capaz de absorver tensões e, mesmo, situações de rotura, mantendo a sua lógica de funcionamento e retomando, após eventuais choques, situações anteriores de equilíbrio organizacional;

- o posicionamento meramente político de **instrumentalizar o medo à mudança**, tornando a busca e a permanente propaganda da estabilidade num factor de bloqueio de transformações necessárias;

- a **relativa pobreza da economia e o baixo nível de instrução da população**, dois factores poderosos de bloqueio da modernização do sistema educativo (de que o chamado "insucesso escolar" e o conhecido problema da insuficiência de recursos para o funcionamento dos laboratórios científicos constituem, apenas, duas manifestações superficiais que jamais poderão ser resolvidas encarando-as a esse nível superficial e não ao nível sistémico em que são geradas);

- finalmente, haverá sempre que contar como em todos os sistemas sociais, com **inércias e viscosidades** na evolução das situações.

Confrontando estes dois tipos de factores, poderemos extrair algumas reflexões, talvez úteis para o futuro.

Consideraremos as seguintes:

1ª - No quadro de um processo de modernização, é ilusório contar com os factores de continuidade para a preservação dos interesses estabelecidos e do "status quo". **Os factores de mudança, mais ou menos organizadamente, mais ou menos anarquicamente, acabam por impôr a sua força.**

2ª - Quer isso dizer que, no Portugal destes anos 90, devemos preparar-nos para enfrentar e gerir as complexidades, os custos e, também, as oportunidades inerentes a uma modernização resultante do **processo de desenvolvimento por arrastamento** que, muito provavelmente, caracterizará a década, abrangendo uma fase, que agora está a iniciar-se, de turbulência na economia (e, eventualmente, com reflexos sociais).

3ª - Para o fazer, i.e., para enfrentarmos e gerirmos essas complexidades, esses custos e essas oportunidades, teremos de ir muito para além do mero jogo político de conquista e manutenção do poder formal. Os mecanismos decisivos situam-se **ao nível dos corpos intermédios e da actuação das élites** - dois aspectos particularmente frágeis da situação portuguesa, em particular na actualidade.

4ª - Na educação, na economia, na sociedade e na política portuguesas é necessário - porventura indispensável - **um movimento de regeneração do País** que permita ultrapassar os riscos de populismos bloqueadores da modernização e lançar, seriamente, as bases de uma estratégia para o futuro, com a qual as elites e os corpos intermédios se identifiquem, num esforço colectivo resultante de uma atitude de serviço e não se limitando a banais actos de busca de ganhos fáceis, selectivamente facilitados.

A educação no binómio informação/formação

O binómio informação/formação é a chave do mecanismo mais profundo da evolução das sociedades humanas,

É o sistema permanente, crescentemente mais intenso e mais complexo, de produção e circulação de informação que desencadeia o processo global nas sociedades que, correntemente, designamos por "desenvolvimento económico e social", a falta de melhor termo.

Precisamente para lidar com esse processo de produção e circulação de informação nas sociedades, só há uma via disponível para o ser humano: a formação, entendida no seu sentido mais geral.

A partir desta ideia elementar sobre o papel do binómio informação/formação, poderemos focar com melhor precisão o papel da educação.

Para além de uma **concepção estática e circular** do sistema educativo (vacionado para transmitir conhecimentos - incluindo,

obviamente, os resultantes do processo de investigação ao nível escolar), perfila-se uma **concepção dinâmica e em espiral ascendente** do sistema educativo (vocacionado para assegurar o funcionalmente otimizado, em cada circunstância, do binómio informação/formação - incluindo, obviamente, a integração com o elemento motor constituído pelas actividades de I & D na respectiva sociedade, dentro ou fora do quadro escolar).

Do ponto de vista organizacional, sai desta contraposição de concepções um corolário: o papel da educação no binómio informação/formação ultrapassa, em muito, os sistemas tradicionais típicos do "sistema educativo" formal, burocraticamente organizado. O que está em questão, cada vez mais, na dura competição internacional entre economias (e, embora menos visivelmente, entre modelos de sociedade - o que constitui um eufemismo para diferentes poderes organizados) é um processo permanente e multifacetado de garantir o máximo de intensidade no exercício das funções dinâmicas do binómio informação/formação, para o que é decisivo utilizar toda uma nova panóplia de mecanismos de formação e indispensável reconhecer que o conceito de "formação permanente" ocupa, literalmente, o centro da questão e é o único ponto de partida adequado às realidades das economias significativas nesta viragem do séc. XX para o XXI.

A "educação", no sentido do sistema educativo formal, terá cada vez mais a função de assegurar (evolutivamente e com maior exigência à medida dos sucessivos graus de escolaridade) os fundamentos básicos de conhecimento e reflexão sobre a realidade, com base nos quais seja possível concretizar aquilo que afinal interessa: a

intensificação do mecanismo crucial de binómio informação/formação.⁽¹⁾

II. A questão fulcral

A relação entre sociedade/economia e sistema educativo pode sistematizar-se em dois grandes grupos de matérias,

Em primeiro lugar, identificar os componentes da quádrupla relação entre o que cada um dos lados pede e dá; em segundo lugar, procurar discernir e compreender as condições de equilíbrio/desequilíbrio no estabelecimento daquelas relações.

Começemos pelo primeiro grupo, trabalhando sucessivamente sobre cada uma das quatro situações, i.e., interrogando-nos sobre:

- **o que a sociedade/economia pede** (p.e., quadros para assegurar o desenvolvimento económico e social, funcionários para garantir a reprodução das estruturais de poder existentes, uma população educada e exigente ou uma população que apenas "sabe ler e escrever" e se mostra dócil ao poder estabelecido, etc.);

- **o que o sistema educativo dá** (p.e., uma concepção baseada na maximização dos efeitos do binómio informação/formação, um

(1) Ver, sobre este ponto e como mero exemplo da actualidade da questão: Kenneth LABICH, "What our kids must learn" in FORTUNE, JAN. 27, 1992, págs. 38-40.

sistema educativo burocraticamente comando para assegurar a reprodução das relações de poder e a alimentação do funcionalismo público, um subsistema da regulação política da sociedade para tentar salvaguardar a sua estabilidade, etc.);

- **o que o sistema educativo pede** (p.e., remuneração salarial, reconhecimento social, vias de promoção burocrático-carreirística, condições materiais de trabalho e de equipamento técnico-científico, etc.);

- **o que a sociedade/economia dá** (p.e., ascensão social como escape para o acumular potencial de tensões, pagamento em função directa da utilidade percebida das prestações, incentivos materiais às condições de trabalho para avanço do conhecimento, um puro e simples modo de vida como qualquer outro, uma visão larga da nobreza intrínseca ao acto de ensinar, etc.).

Consoante as respostas que, no Portugal de hoje e no Portugal dos anos 90, dermos a esta quádrupla relação, assim estaremos, mesmo que finjamos não o saber, a moldar o futuro da sociedade portuguesa no contexto internacional complexo, duro e exigente deste virar de século.

Acresce (e foi o 2º grupo de matérias acima referido) que as condições de equilíbrio/desequilíbrio entre aqueles dois pares de relações da sociedade/economia com o sistema educativo formal constituem um elemento sistémico de relacionamento de primeira importância para qualquer sistema de sociedade organizada.

Com efeito, afigura-se haver entre eles, talvez por necessidade de funcionamento ao longo do tempo, como que um "equilíbrio automático" que tende, mecanicamente, a reproduzir, no tempo, as características da sociedade/economia. Será, porventura, esse "equilíbrio automático", considerado ao nível do binómio informação/formação que explicará, melhor que todas as outras razões, os mecanismos que separam as sociedades que se "desenvolveram" (ou que estão a "desenvolver-se") e as outras. E esse "equilíbrio automático", que tende a reproduzir-se, só é claramente posto em causa quando se verificam roturas com a situação anterior (p.e., a introdução da escolaridade obrigatória) desencadeadas pela actuação de élites organizadas, tendo como objectivo metas de natureza social, para além dos interesses imediatos dos aparelhos de poder instalados e das burocracias que, por sua própria natureza, os servem - e que, frequentemente, irão de novo constituir instrumentos dos novos poderes, uma vez desencadeado e estabilizado o processo de rotura.

A situação portuguesa, vista na sua dimensão histórica de longo prazo e na sua dimensão circunstancial da actualidade, requer atenção cuidada, porque é preocupante quando posta em comparação com os restantes países da Europa. Com efeito, poderia estereotipar-se o quadro dessa situação afirmando que, em Portugal, a sociedade é pobre e a economia pouco tecnicizada, porque pede ao sistema educativo aquilo que tem e tem do sistema educativo aquilo que pede. Desse modo se estabelece um círculo vicioso básico, de natureza infraestrutural.

Perante este facto, haveremos de nos questionar quanto ao agente, ao modo e ao tempo para romper e alterar, no sentido da modernização,

o "equilíbrio automático" existente e herdado de um passado bastante, demasiadamente longo.

Não será tarefa de um poder político pessoalmente concentrado nem, sequer, de um poder político por si mesmo e enquanto tal. Ou será tarefa de uma elite dirigente organizada através da conjugação de esforços, com sentido de serviço e numa convergência de estratégia nacional para o futuro, na perspectiva da evolução do enquadramento europeu, ou nada será.

A História do futuro não está escrita; as indeterminações com que nos confrontaremos são muitas; o registo colectivo das dificuldades de modernização da economia e da sociedade portuguesas nos últimos dois séculos está ainda bem presente; quer isso dizer que qualquer esforço sério para o futuro terá de emergir da lucidez, do empenhamento e da acção convergente dos mais responsáveis de entre os cidadãos portugueses.

É trabalho que transcende esta reunião. Mas talvez faça algum sentido irmos reflectindo sobre aspectos parciais, identificando algumas pistas para a evolução futura.

III. Pistas para a evolução futura

Na complexa situação actual, importará considerar, entre outros, os seguintes quatro aspectos:

1 - **educação, sistema educativo e cultura**, i.e., a abertura explícita, assumida e organizada à problemática da cultura, entidade

como quadro mais geral do que a mera busca do treino técnico e do conhecimento científico, vendo o estudante como cidadão culto e não apenas como instrumento hábil de produção;

2 - **nível tecnológico e educação/formação**, i.e., a questão da correspondência entre os conteúdos dos diferentes graus de ensino e as exigências tecnológicas da vida económica corrente. Procurar, consciente ou inconscientemente, ignorar os efeitos da tecnologia sobre as exigências ao sistema educativo) é atitude suicidária, que nem merece sequer discussão. A questão que conta é a do modo, do ritmo e do custo com os quais se pode processar essa incorporação permanente de novos níveis tecnológicos nos conteúdos do ensino (sabendo que, sem ela, se está, na última análise, a defraudar o futuro);

3 - **o interface universidade/empresa**, i.e., assegurar, na vida portuguesa, esse elo nevrálgico de todas as sociedades desenvolvidas e dinâmicas que é a articulação entre a universidade (criadora de ideias e de tecnologia) e a empresa (criadora de riqueza, emprego e poder). A experiência portuguesa neste capítulo é particularmente preocupante, acumulando-se toda uma série de razões, diferentes mas convergentes no seu efeito negativo global; contrariá-las requererá um esforço muito intenso (e, certamente, requerendo persistência e lucidez ao longo de bastante tempo e não apenas fogachos para recolher aplausos de circunstância);

4 - finalmente, estabelecer a relação entre **padrões de exigência e potencial de desenvolvimento económico e social**, i.e., proceder, com alguma coragem, à introdução, em todos os níveis de ensino e como elementos básicos da atitude perante a vida (como verdadeiro "método de viver" para além de apenas "métodos de

estudar") das noções de exigência, qualidade, esforço, honestidade, trabalho, tendo presentes os seus efeitos na formação individual e no desenvolvimento das sociedades e das economias. Numa versão mais simplificada, trata-se de enfrentar o problema de instalar a noção de "qualidade total" no sistema educativo e de promover, ensinando-a e dando-a como exemplo, a atitude de exigência e de dever perante a vida, em contraposição a de facilidade e de gozo. Ao procurarmos fazê-lo, estaremos certamente a investir no ponto crítico do futuro de qualquer sociedade - neste caso, da sociedade portuguesa.

Para concluir, uma última reflexão.

Pessoalmente, considero o acto de ensinar como a mais nobre actividade do Homem; em paralelo, apenas está a de aprender - esta última que todos os dias exercitamos, em particular quando ensinamos.

Essa nobreza intrínseca e profunda, em nada fica afectada pela mediocridade de comportamentos, pela pequena intriga, pela vileza de atitudes que, inevitável e lamentavelmente, estão associadas a tudo o que é humano, em especial a todas as carreiras e a todas as estruturas burocráticas.

Neste contexto, olhando para o sistema educativo português no horizonte do ano 2000, só haverá uma conclusão dominante a extrair: por sobre o que está feito, haveremos de fazer não apenas mais mas, sobretudo, melhor. É esse o nosso **dever**, o dever de respondermos às **exigências** do Futuro.

COMENTADORES

Prof. Doutor J. J. R. Fraústo da Silva

Alguém disse que o homem verdadeiramente sábio é aquele que, nada tendo para dizer, mesmo assim fica calado... Como sobre este tema nada mais tenho para dizer creio que, para dar uma imagem de sábio, deveria agora ficar calado. Para meu mal, não foi para isso que me convidaram, pelo que, perdendo uma boa oportunidade de granjear fama, terei mesmo de fazer alguns comentários à excelente comunicação do Sr. Prof. Ernâni Lopes.

O curto período de tempo de que disponho não me permite mais do que um simples enunciado de questões que, a meu ver, careciam ser levadas mais longe no âmbito das reflexões do conferencista, ou terão estado ausentes delas.

Para enquadrar este enunciado de questões recordaria que o Sr. Prof. Ernâni Lopes, na sua abordagem declaradamente generalista, tomou como ponto de partida para o tratamento do seu tema, o desafio que a integração de Portugal num bloco alargado de países, na sua maioria mais avançados dos pontos de vista social e económico, põe aos portugueses. Na realidade, esta foi apenas uma das três grandes modificações operadas na sociedade portuguesa nos últimos vinte anos, sendo as outras duas a introdução do regime de democracia política pluripartidária e a perda do império colonial.

Qualquer destas modificações teve consequências tão profundas que não se podem deixar de considerar em simultâneo com a apresentada pelo Sr. Prof. Ernâni Lopes, e a estas haveria que somar diversas alterações operadas no mundo em geral, grande parte delas derivadas directa ou indirectamente das conquistas da ciência e do progresso tecnológico, além de outras, igualmente profundas de natureza política, económica ou social, não necessariamente dependentes daquelas. Não é esta, porém, a ocasião apropriada para desenvolver estes outros aspectos, o que fiz noutras ocasiões.

Cingir-me-ei, portanto, ao quadro básico de análise proposto pelo Sr. Prof. Ernâni Lopes, recordando que, como factores de mudança, o conferencista referiu essencialmente os desafios da integração comunitária, o impacto sobre as empresas da concorrência acrescida e a consequente necessidade de reestruturação industrial, tudo implicando, pela repercussão social inevitável, a "modernização" do País. Em contrapartida, os factores de continuidade são, para ele, a burocracia instalada, a pobreza da economia, o baixo nível de instrução da população, o medo (político) à mudança e outras forças de inércia na nossa sociedade.

Da análise a que procedeu de todos estes factores, o Sr. Prof. Ernâni Lopes concluiu que os factores de mudança acabarão por impor o seu peso e que o País será "arrastado" por eles, pelo que há que saber gerir a transformação, "responsabilidade que transcende o mero jogo político, devendo obrigatoriamente envolver os corpos intermédios, a sociedade civil e, em especial, as élites organizadas".

Todavia, ainda segundo ele, "na educação, na economia, na sociedade e na política, torna-se necessário um grande movimento de regeneração do País".

Sem discordar da análise nem das conclusões, julgo que a forma como estas são apresentadas cai bastante no domínio da utopia ou, se assim se preferir, do "wishfull thinking". Certas afirmações, deixadas no plano dos grandes princípios, suscitam-nos bastantes dúvidas, tais como, muito sucintamente, as seguintes, expostas na forma de perguntas, porventura impertinentes:

a) Admito que os factores de mudança imponham o seu peso forçando transformações, mas qual o sentido dessas transformações? E, sobretudo, será possível geri-las, ou sequer canalizá-las no sentido mais conveniente, quando as forças determinantes são múltiplas, complexas e situadas fora do nosso controlo?

b) Os corpos intermédios, a sociedade civil e as élites deverão ter um papel activo, mas será que no sistema político que aceitámos como correcto, e não questionamos, os protagonistas principais (habituais) consentem que o jogo seja conduzido com outras regras que não as que os próprios definiram (e definem)?

c) É certamente necessário um grande movimento de regeneração do País, mas que define o modelo desejável, como se promove e como se conduz essa regeneração que vai contra interesses e hábitos instalados. Em síntese, advoga-se a necessidade de gerir uma mudança inevitável e de cometer essa tarefa a "élites organizadas" num País "regenerado". Que élites serão essas, como se organizam e quem as organiza? E de emana a doutrina para a revolução moral de que o País

necessita? E como se leva a opinião pública a tomar consciência dessa necessidade por forma a modificar voluntariamente os padrões e valores que actualmente privilegia?

Subjacente está, embora não explicitamente referido, o problema do poder e da autoridade. E a resposta lógica, não utópica, receio bem que cruze um trilho perigoso para a liberdade e para a democracia, o que está certamente longe das intenções do Sr. Prof. Ernâni Lopes, mais virado para a obtenção de consensos. É claro que estou de acordo com ele quando afirma que "as coisas vão acontecer e não adianta fingir que não acontecem", mas também é verdade que não adianta acreditar que as coisas acontecem só porque se deseja que aconteçam.

A agravar o problema está ainda um factor de continuidade que o conferencista não referiu: a ânsia de mostrar serviço, associada a uma notória dificuldade de planear (para o que é necessário definir objectivos), a uma acentuada falta de "memória histórica" e a uma forte dose de irrealismo das nossas gentes, mesmo de estratos culturais elevados. É bem conhecida a tendência para uma constante e depreciativa comparação da "nossa situação" com a de outros países com potencial económico e níveis de desenvolvimento incomparavelmente mais altos. As diferenças constatadas justificam críticas e reivindicações de uns ou o alheamento depreciativo de outros, associados à espera permanente e sebastiânica de um messias iluminado e redentor. Ou, na sua falta, de um "big brother" Orwelliano que resolva sozinho os nossos problemas... É claro que Portugal não é o Japão, os E.U.A., a Alemanha ou sequer a Espanha, mas quem convence disso os eleitores, cujos votos são necessários para a conquista ou manutenção do poder, quem persuade os árdus

defensores dos regionalismos, os eleitos locais e ainda todos aqueles que se podem aproveitar da confusão e da inevitável quebra de qualidade a que leva a satisfação de reivindicações absurdas? O sistema educativo é bem conhecido, foi devidamente estudado, ponderadas as alternativas de evolução e propostos caminhos compatíveis. Mas quem se recorda ou quer saber disso? Aparentemente tudo tem que ser reinventado continuamente.

Nestas condições, ao invés de factor de transformação a ânsia de fazer, redonda em factor de distorção, de deseconomia e, naturalmente, de forçada continuidade. "Plus ça change..."

A segunda parte da comunicação do Sr. Prof. Ernâni Lopes, incidiu sobre o quarto bloco do quadro básico de referência que nos apresentou: funções do sistema educativo - o binómio informação/formação.

Nas palavras do conferencista este binómio é a chave da evolução das sociedades humanas, o que nos parece uma afirmação com sentido excessivamente economicista, que não é de estranhar, e um tanto redutora quando associada às funções do sistema educativo. Na verdade, os efeitos da educação processada através das relações familiares e do sistema educativo, fazem-se sentir a longo prazo. A formação, por seu lado, no sentido em que o termo foi utilizado, corresponde a uma acção de curto prazo. Acresce que o termo informação é usado num sentido genérico, com carácter homogéneo, de que resulta alguma ambiguidade por um lado, quanto à necessidade de "utilizar" a informação para adequar permanentemente a formação (e neste caso, sim, o binómio informação/formação, com o tal pendor acentuadamente economicista, faz sentido), e, por outro, quanto à

necessidade de "descodificar" a informação para evitar a massificação cultural e a manipulação de qualquer natureza (a que com maior rigor se pode associar um binómio informação/educação).

Com base nesta ideia, o conferencista desenvolveu as suas considerações sobre o que considera a questão fulcral na relação entre a sociedade/economia e o sistema educativo, estabelecendo uma quádrupla interacção entre o que cada uma destas realidades pede e dá e concluindo que tende a estabelecer-se um "equilíbrio automático" entre ambas.

Este equilíbrio só será claramente posto em causa "quando se verificam roturas desencadeadas pela actuação de élites organizadas tendo como objectivos metas de carácter social, para além dos interesses imediatos dos aparelhos do poder instalados e das burocracias que, por sua própria natureza, os servem".

O Sr. Prof. Ernâni Lopes retoma aqui o problema, já abordado na primeira parte da sua comunicação, da actuação das "élites organizadas", através da conjugação de esforços, com sentido de serviço, numa convergência de estratégia nacional para o futuro e na perspectiva da evolução do enquadramento europeu, o que nos remete para as dúvidas e perplexidades que antes referimos e não iremos repetir.

A concluir, o conferencista apresentou algumas pistas para a evolução desejável: a abertura do sistema educativo à problemática da cultura, o estreitamento da relação entre o nível tecnológico e a educação/formação, o incremento da interface universidade/empresa e o estabelecimento de padrões elevados de exigência e qualidade.

Uma vez mais por imperativo de tempo, limito-me a apresentar algumas dúvidas e formular algumas interrogações.

a) A ligação da educação à cultura é naturalmente uma condição de modernização conduzida no sentido mais adequado. Mas como se força a ligação ao arrepio da contra-cultura da massa dominante, reproduzida e amplificada pela comunicação social, (que, ao invés, poderia desempenhar um papel promotor determinante) e como se enquadra neste contexto a cultura "jovem" daqueles que são afinal o objecto da educação?

Quem conduz o processo? Como se faz?

b) No que se refere à incorporação permanente dos nossos conhecimentos tecnológicos (e científicos) nos conteúdos do ensino a necessidade é evidente, mas o currículo não é um saco sem fundo e se algo entra, algo terá de sair. Por experiência própria, sei que não é tarefa fácil e a oposição dos "lobbies" organizados, sobretudo dos professores, é susceptível de causar hesitações aos decisores e levar a soluções de compromisso distorcidas pela transigência (a tal atitude "suicidária" que o Sr. Prof. Ernâni Lopes refere).

c) A articulação entre a Universidade ("criadora de ideias e tecnologia") e a empresa ("criadora de riqueza, emprego e poder") é um objectivo algo utópico e de amplitude limitada. Não nego que, em alguns casos, essa articulação possa trazer benefícios mútuos, mas o número de casos viáveis é restrito. De um modo geral, ou não há articulação por não existir interface reconhecível ou o diálogo é difícil ou artificial porque os parceiros não sabem o que podem dar ou pedir um ao outro. A função de "serviço", tão discutida nos anos 60 e 70,

corre assim o risco de se transformar em mera função de "estação de serviço" para pequenos biscates.

E sobre este tema, que me seja permitido apresentar uma opinião pessoal: é tempo de parar de pensar que da colaboração de empresas com a Universidade poderá resultar o aproveitamento tecnológico das ideias nesta geradas através de uma actividade de investigação fundamental ou aplicada, conforme se desejar, a mais longo ou mais curto prazo, para concluir que o investimento na investigação é rentável nesses mesmos prazos. A verdade é que só um escassíssimo número de resultados de investigação é susceptível desse aproveitamento, o qual exige, em geral, recursos muito superiores aos investidos na própria investigação, muito para além das disponibilidades mesmo das nossas maiores empresas. A apresentação do problema nesta base é assim um decalque modista, mas irrealista do debate semelhante que ocorreu há uma década em países fortemente industrializados. Longe de mim questionar o apoio à investigação universitária, muito pelo contrário. Mas a meu ver, o grande benefício do investimento em investigação está na "qualidade" acrescida do principal produto da Universidade - os recursos humanos. É a "mais-valia" destes recursos, a sua criatividade desenvolvida no questionar permanente da "verdade" de qualquer natureza, que constitui o factor essencial de que qualquer empresa, serviço ou actividade poderá beneficiar. Para além de contribuições possíveis em áreas muito específicas, tudo o mais faz parte do jogo de fingimentos em que cegamente nos obstinamos, uns e outros.

d) A última das quatro pistas de reflexão propostas pelo Sr. Prof. Ernâni Lopes respeita à necessidade de padrões elevados de

exigência e "qualidade total" no sistema educativo, conceito este importado do mundo empresarial, hoje muito na moda. As palavras chave são esforço honestidade, trabalho e dever perante a vida, contrapostos à facilidade e gozo que hoje regem as expectativas dos estudantes.

Estamos todos naturalmente de acordo, mas uma vez mais nos defrontamos aqui com a questão do poder e da autoridade, que nos parece subjacente às considerações do conferencista, mas nunca é referida explicitamente.

Quatro pistas, quatro dúvidas e, reconheço, alguma dose de cepticismo da minha parte. Mas quantos de nós tentámos antes, com as melhores intenções, grande idealismo e espírito de serviço, pôr de pé um sistema educativo virado para o futuro, mesmo com os nossos reduzidos recursos, sobre o qual se pudesse construir uma sociedade mais justa, mais livre, mais solidária, com padrões éticos e culturais mais elevados? Ano após ano, a realidade encarregou-se de subverter cada iniciativa tomada, apresentando-nos permanentemente quadros novos e resistindo a todos os esforços de planeamento. O voluntarismo, por si só, é insuficiente para controlar sistemas complexos sócio-tecnológicos (para usar a terminologia de Yantsch), sujeitos a influências múltiplas e por vezes contraditórias ("atractores estranhos", afinal) que determinam um comportamento caótico (no sentido científico) pouco previsível. Provavelmente só será possível comandar o comportamento das sociedades num regime autocrático, senão mesmo totalitário, e assim mesmo só até certo ponto e com limites temporais, porque a biologia também impõe as suas regras. Não sendo ideia que perfilhe e estando algo descrente da viabilidade de

grandes consensos estáveis, não teria sido preferível, sabiamente, ficar calado?

Profª Doutora Teresa Ambrósio

Não podendo ficar calada, que devo fazer? Provavelmente ficar em silêncio. Silêncio para mim é um pouco meditação, é um pouco tentar compreender. No entanto, o Prof. Ernâni Lopes deu-me a possibilidade de ter acesso prévio à sua comunicação, o que me permitiu sistematizar brevemente algumas reflexões que apresento e que ultrapassam o sentimento espontâneo e convicto de estarmos perante uma exposição clara e até de um certo plano estratégico de intervenção política veiculado por alguém que tem altas responsabilidades na Economia Portuguesa e que talvez não seja diariamente confrontado com os que estão mais envolvidos na Educação.

Já na sessão sobre "A Educação e a Europa no Horizonte dos 2000", quando ainda não tinha sido proferida a intervenção de Ernâni Lopes, foram expressas algumas ideias - sobretudo por José António Fernández, pelo Reitor Alberto Amaral, pelo Senhor Secretário de Estado e pelo Presidente do Conselho Nacional de Educação - que poderiam integrar este comentário. Mas, uma vez que me foi tão amavelmente dada esta ocasião, procurarei reflectir um pouco mais sobre estas relações Educação/Economia, Educação/Sociedade, prefiro dizer Educação/Desenvolvimento, que o Prof. Ernâni Lopes

apresentou, e tendo presente que, não sendo eu economista, estou longe de poder alcançar a profundidade do seu pensamento.

Procurarei sobretudo comentar uma preocupação que me pareceu subjacente nessa intervenção, que é assunto sobre o qual me interrogo e que o Prof. Fraústio da Silva também tocou - a validade, nos dias de hoje, de uma certa praxiologia de intervenção social, da gestão dos sistemas sociais? Provavelmente é algo muito mais difícil e incontornável do que a gestão dos sistemas económicos.

Apesar deste tema Educação/Desenvolvimento ser muito vasto e muito oportuno, procurarei disciplinar-me no sentido de me manter dentro deste quadro de análise traçado pelo Conferencista; sobretudo, tentarei cingir-me aos blocos III e IV do seu texto, isto é, aos mecanismos de transformação da sociedade portuguesa e à função do sistema educativo no binómio proposto de Informação/Formação.

Coloco-me aqui não como técnica de Educação e muito menos como "político" no sentido estrito, mas essencialmente do lado do sistema educativo, em que verdadeiramente estou integrada e sobre o qual tenho obrigação profissional de reflectir, assim como de ensinar e investigar sobre a Educação e as suas relações com o Desenvolvimento. Permita-se-me pois que, muito brevemente, explicito um quadro referencial sintético daquilo que avalio como tendências ou bloqueamentos dos sistemas educativos em geral - do português, do europeu, diria até dos sistemas mundiais -, e que, no fundo, formam o contexto que condicionará as respostas aos desafios da Mudança e Progresso Económico propostos pela conferência do Prof. Ernâni Lopes.

Nessa linha, recorde, por exemplo, Edgar Pisani e Michel Godet, para apenas citar alguns que têm escrito sobre este assunto em revistas da especialidade. Hoje, o problema central da crise dos sistemas de educação é verdadeiramente o seu bloqueamento na relação com o meio social e económico envolvente. Aliás, como acentua Godet em "Les Crises Mondiales du Système d'Éducation", em que apresenta os diferentes aspectos dessa crise, verifica-se que é sobretudo a partir dos anos 80 que emergem novas questões relativas a esta relação, o que tem gerado uma profunda crise de confiança.

São vários os sectores da população que pedem muito ao sistema educativo e, portanto, são várias as frustrações que se manifestam em relação a ele. Uns pedem-lhe boa qualidade e professores que se responsabilizem, contestando a sua não-existência. Outros, predominantemente os alunos, criticam, frustrados, os diplomas que o sistema actualmente distribui, por não terem o valor de antigamente. Os professores e os investigadores sentem-se frustrados nos seus projectos, da mesma maneira que os outros se ressentem porque o alargamento quantitativo que se tem manifestado não diminuiu em nada o carácter selectivo dos sistemas educativos e outros, ainda, sobretudo aqueles que vêm do sistema económico, sentem que está cada vez mais longe um sonho inacessível da adaptação dos sistemas educativos à oferta do trabalho e às suas variações. Direi que o sistema educativo é aquele em que toda a gente coloca as suas aspirações, os seus desejos de salvação e, conseqüentemente, é também o "bode expiatório" de todos estes grupos sociais que o procuram.

Pergunto-me porquê e tento compreender. Aliás, a minha atitude neste momento é de tentar compreender, compreender antes de agir, e

não de descrever ou explicar. Creio que o âmago do sistema educativo é qualquer coisa que diz respeito a todos nós, porque é realmente o sítio onde se forja o homem, onde se forja a liberdade, onde se forja o pensamento. Todos nele projectamos esperanças e frustrações.

Ora, esta desconfiança não é apenas de fora para dentro do sistema educativo, é uma desconfiança também do sistema educativo para fora, para aqueles que continuamente o questionam. Esta crise de confiança vai aumentando nos nossos dias, apesar das múltiplas transformações e reformas educativas um pouco por todo o lado, porque a crise está no conceito de funcionalidade do sistema. Custa-me um pouco tratar o sistema educativo como uma estrutura técnico-burocrática organizativa. Penso que o Prof. Ernâni Lopes o fez à laia de crítica, mas é realmente assim que ele é considerado muitas vezes do lado de fora, do lado do sistema social, económico e cultural envolvente. Apesar de se terem feito em muitos países determinadas reformas, esta falta de funcionalidade pode ser consequência nalguns casos de políticas erradas, de vistas curtas, de actuações pontuais, de políticas orçamentais. Também, noutras ocasiões, embora se tenham tomado medidas de política lógicas, compreensíveis e correctas, não há dúvida que o sistema educativo foge, como disse o Prof. Fraústo da Silva, às intervenções de carácter voluntarista, racionalista, que lhe venham quer do poder político, quer do poder económico.

Então o que é que se passa? Que fazer perante os desafios urgentes da nossa economia, arrastada por este indesmentível movimento histórico da construção europeia? A conferência anterior deixou-nos importantes pontos de partida para reflexões construtivas. Tentarei centrar-me sobretudo na questão fulcral da mencionada quádrupla

relação entre o Sistema Educativo e Social/Economia. Mesmo restringindo a sociedade ao sistema económico produtivo, e ainda mais à indústria, sobre o qual se centrou fundamentalmente a intervenção de Ernâni Lopes, eu diria que, apesar dos aparentes factores de continuidade da estrutura burocrática do sistema educativo, há mudanças que se fizermos uma abordagem analítica de cariz menos técnico, uma abordagem menos intervencionista e uma abordagem mais sociológica, mais teleológica e mais filosófica no sentido nobre do termo - reflexão sobre o valor, sobre os princípios e sobre os fins - e, se olharmos o sistema educativo também, e sobretudo, como um sistema humano vivo de aquisição, elaboração, produção de conhecimentos, produção de ciência e tecnologia, de mentalidades, de recursos humanos, eu diria que, mesmo em Portugal, podemos encontrar profundas vagas de fundo e de mudança. Vagas de fundo e factores de mudança esses que não são quantificáveis e que não têm tanto a ver com o carácter funcionalista dos sistemas educativos, mas mais com o resultado da evolução das ciências em geral e das sínteses científicas, com as novas correntes e paradigmas de pensamento, enfim, com novos sistemas de abordagem teórico-explicativa da organização social. Eu diria assim mesmo: quanto mais se pretende fazer o controlo através da economia, dos sistemas educativos, mais parecem emergir novos paradigmas educativos do lado desse mesmo sistema.

É que, apesar de estarmos na cauda da Europa em termos de indicadores, não esqueçamos que, ao nível do pensamento, da ciência e das tecnologias e da cultura, Portugal acompanha essa Europa. Acompanha a evolução europeia à sua escala, através dos seus investigadores, dos seus professores, enfim, da massa pensante, das

élites (eu não gosto destas palavras, prefiro dizer das minorias criativas).

Desde o início dos anos 80, sobretudo em pleno movimento da construção europeia, a verdade é que todos, pobres e ricos com liberdade de pensar, vivem dentro de si uma ruptura melhor - as visões economicistas e as visões culturalistas da sociedade. Aliás, as evoluções de Leste patenteiam bem esta ruptura e não é o "fim da História" aquilo a que estamos a assistir.

No que toca ao sistema educativo, também como consequência desta ruptura, de um lado estão os que defendem a Escola geradora do "homo economicus"; do outro estão os que criticam e rejeitam o pensamento de modernidade que lhe está subjacente e que sustenta ou sustentou as sociedades industriais e a organização científica do trabalho, mas que é hoje posto em causa de forma muito patente nas sociedades pós-industriais, da mesma forma que o será provavelmente naquelas que atingirem a era da programação automática.

Os agentes educativos e os que trabalham dentro do Sistema da Educação, são simples agentes produtivos bem disciplinados, como funcionários da macro-estrutura do poder político ou económico ressentem-se porque trabalham com jovens, homens e mulheres. Trabalham com cultura, com mentalidades, com novas formas de mundos - o mundo do cálculo económico e o mundo da procura das identidades pessoais, sociais. Trabalham perante um painel da multiplicidade de pessoas, de grupos, de Estados. Trabalham entre o progresso económico e os perigos desse mesmo progresso.

Neste sentido, e voltando ao que o Prof. Fraústo da Silva anteriormente mencionou - as nossas experiências dos anos 60 e 70 e os conhecimentos em que nos baseávamos da Economia da Educação (a do Capital humano, das funções de Cobb-Douglas, das teorias de Denison, etc.) tenham passado completamente de moda, moda entendida aqui no sentido de critérios de eficácia de acção e de pensamento sobre Educação. É que o tempo hoje é de reflexão, tanto quanto o são as interrogações sobre o que é a Educação, o que é a Formação, o que é a Informação, o Progresso Económico, as Transformações Tecnológicas, o Desenvolvimento Humano (conceito tão importante que apareceu há bem pouco tempo e já desapareceu), o que é, afinal, o Desenvolvimento Sustentado, o que é o Desenvolvimento Sustentável. São questões que estão longe de ser claras e que não interrogam apenas certos grupos de intelectuais, aqueles que têm tempo para pensar. São, todavia, questões que fazem ocultamente parte de uma cultura subjacente à cultura da modernidade, aquela cultura da racionalidade, da intervenção e da organização racional do progresso económico, que é assumido por certas técnico-estruturas não atingidas ainda pelos factores de mudança de que nos falou o Prof. Ernâni Lopes.

Mencione-se, por exemplo, a reestruturação industrial. Sabemos que ela implica mudanças nas empresas, mudança nas mentalidades dos empresários. Ora as empresas, numa economia moderna, deixaram de ser consideradas como a expressão concreta do capitalismo. Elas aparecem cada vez mais como uma unidade estratégica no mercado internacional competitivo e como agentes de utilização de novas tecnologias. As estratégias modernas das novas empresas assentam na gestão dos mercados e das tecnologias, mas também na gestão dos

recursos humanos. Se a empresa não considerar um trabalhador como actor estrategicamente inserido e fazendo parte da sua estratégia, é uma empresa condenada, se não na expressão concreta do capitalismo, na expressão da modernidade. Que exigem elas então destes recursos humanos/actores integrados dentro das suas próprias estratégias? Exigem qualquer coisa muito diferente daquilo que, na verdade, o sistema educativo clássico lhes dá. Exigem competência profissional, competências humanas de reflexão, iniciativa, capacidade de mudança, compreensão e integração cultural do conhecimento do mundo que os rodeia, gestão das suas próprias capacidades enfim, tanta coisa que é hoje pedida aos Recursos Humanos!

Mas isto não é novo para os sistemas educativos; isto é qualquer coisa que existe como resultado da investigação que se tem feito sobre os sistemas de formação de Recursos Humanos. Essa investigação faz hoje parte das directrizes internacionais e está patenteada nos grandes "papers" que vêm da C.E.E., que de certa maneira começam a ser postos em prática em muitos centros de formação. Não é nada que verdadeiramente não possa ser posto em prática na evolução do próprio sistema educativo.

Como é que o sistema educativo pode responder a este desafio? Responderá se cultivar um novo conceito de modernidade, que não é o conceito da gestão racional do progresso imposto pela força da economia e da política mas é, sobretudo, a produção do Sujeito como Sujeito-Pessoa, também actor social, mas construtor de si mesmo e da própria sociedade.

Será este talvez um novo paradigma educativo, com o qual podemos abordar o tal binómio Educação-Informação/Formação

Permanente e que hoje usa novos conceitos, novos modelos - que não o do diploma nem das qualificações profissionais mas, antes, outros conceitos o de Percurso Profissional de recursos humanos dentro das estruturas empresariais, estrategicamente geridas, que exigem paralelamente Recursos Escolares sucessivos e diversos. Exige-se fundamentalmente outro tipo de conceito, tão caro e tão trabalhado já pela investigação nas ciências de Educação/Formação, que é o conceito de Desenvolvimento Profissional e de Desenvolvimento Pessoal, parte integrante da construção da pessoa.

O tempo urge. E passando por cima de outras questões, acabaria reflectindo sobre o seguinte: a sociedade de hoje não pode ser concebida como um conjunto de sistemas sociais que se regulamentam equilibradamente, por vezes hierarquicamente - sistema económico de transportes, sistema educativo, sistema de saúde, etc., etc. Muito menos o sistema educativo poderá ser encarado dessa forma. A nobre arte ou actividade humana de educar, para utilizar a expressão do Prof. Ernâni Lopes, mesmo quando é suportada por uma organização técnica ou burocrática, não está nem a montante nem a jusante desta organização social em que se pretende encaixar a sociedade. Ela é sobretudo a Educação, a charneira de várias dinâmicas sociais que, através da Formação (e utilizo aqui a palavra formação não no sentido da formação profissional, mas no novo conceito da auto-formação, de construção da pessoa e da sociedade, de desenvolvimento profissional e pessoal) faz o equilíbrio das fontes, dos factores, das energias de desenvolvimento humano e desenvolvimento social.

Por isso, tal como faz o Prof. Ernâni Lopes e para terminar, talvez o grande desafio que se põe ao sistema educativo português é o ter

liberdade de se repensar, mesmo perante todas estas exigências e urgências da construção europeia e do progresso económico.

E gostaria de deixar uma pergunta final: que elite de poder hoje em Portugal é capaz de proclamar que a Educação não tem apenas por função formar especialistas adequados para a evolução do mundo do trabalho, generalistas com capacidades de iniciativa, etc., etc., mas também pessoas livres, capazes de entrarem neste jogo dinâmico de evolução das sociedades, que é um jogo de ordem e de desordem, de competitividades e de solidariedade, de identidade cultural e de internacionalização da economia, de participação e disciplina, enfim, que é sobretudo desenvolver o sentido de se ser, antes de se fazer. Quem ousará no Portugal de hoje dizer isto em política educativa?

DEBATE

Prof. Doutor Marçal Grilo

Estou estupefacto com a quantidade de temas que o Conferencista e os Moderadores tocaram ao longo das suas intervenções. Delas retive algumas ideias que me parece importante tentar introduzir agora no debate.

A primeira - "o vendaval da mudança". Considero pertinente sublinhar este aspecto na lógica em que o Prof. Ernâni Lopes aqui fez